

**10º Encontro da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) - Ciência
Política e a Política: Memória e Futuro**

30 de Agosto a 02 de Setembro de 2016

Área Temática: Pensamento Político Brasileiro

**UM CIENTISTA POLÍTICO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO: TEORIA E CIÊNCIA
POLÍTICA EM GILDO MARÇAL BRANDÃO**

George Gomes Coutinho (PPGCP - Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política/UFF – Universidade Federal Fluminense)

Carlos Henrique Aguiar Serra (PPGCP - Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política/UFF – Universidade Federal Fluminense)

UM CIENTISTA POLÍTICO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO: TEORIA E CIÊNCIA POLÍTICA EM GILDO MARÇAL BRANDÃO

Resumo: Destacaremos neste trabalho uma proposta sobre “o pensar” e “o fazer” ciência política declaradamente *outsider*, a do cientista político alagoano Gildo Marçal Brandão (1949-2010). Embora nosso autor seja mais conhecido contemporaneamente por suas últimas produções sobre o pensamento político-social brasileiro, consideramos as “*Linhagens do pensamento político brasileiro*” o coroamento das opções intelectuais e políticas adotadas por Brandão desde sua juventude. Utilizando o fio condutor possível de ser encontrado na produção deste intelectual desde o final da década de 1970, propomos um trabalho de *restauração teórica* apta, dentre outros objetivos, a fornecer novos elementos interpretativos tanto sobre o profícuo e interrompido programa de pesquisa das “*Linhagens*” quanto sobre o conjunto da obra do próprio autor.

Palavras-chave: teoria política; ciência política; pensamento político-social brasileiro; história das ideias; Gildo Marçal Brandão

1 - Gildo Marçal Brandão: a intervenção visceral no debate teóricos *versus* empíricos

A ciência política brasileira celebra em 2016 na Universidade Federal de Minas Gerais os primeiros 50 anos da fundação de seu primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu*. Em virtude da efeméride, reflexões mais ou menos sistemáticas sobre a história e a configuração do campo tem sido apresentadas, o que implica a saudável retomada de debates metodológicos, epistemológicos e valorativos. Dentre os movimentos de autocompreensão ultimamente revisitados que pavimentaram a construção da nossa ciência política, destacamos a discussão acerca da relevância e do lugar tanto da teoria quanto da metodologia na produção nacional, o que redundou, até muito recentemente, na apresentação/sistematização de diferentes estilos e lógicas de pesquisa e também em sugestões normativas sobre a formação de seus quadros.

O que ficou conhecido como o debate “empíricos *versus* teóricos” pautou parte da agenda interna de trabalho da ciência política nacional na virada do século XX para o século XXI (Amorim Neto & Santos, 2015; Lynch, 2016). As interpretações *ex post facto* deste momento reconhecem que parte dos embates apresentados pelos dois grupos era produto dos choques causados por diferenças de estilo de pesquisa (Ibidem) e figuravam como estratégias discursivas que eram mobilizadas, em última

instância, na disputa por hegemonia no campo. Contudo, não obstante a “pacificação” realizada nos últimos anos, o caráter extremado deste breve período pode auxiliar a elucidar justamente a permanência da pluralidade fática na produção da área atestada nos levantamentos realizados por Marengo (2014) e Oliveira & Nicolau (2014). Consideramos aqui que justamente o tom exacerbado dos discursos encontrados neste debate, por vezes acompanhado da defesa apaixonada de um determinado estilo de pesquisa em detrimento de outro, é um dos caminhos possíveis para compreendermos a estruturação contemporânea do campo e sua diversidade temática.

Feita esta demarcação, focalizaremos neste trabalho uma síntese sobre o “pensar” e o “fazer” ciência política declaradamente *outsider*. Gildo Marçal Brandão (1949-2010), dentre outros¹, protagonizou intervenções contundentes no debate supracitado. Suas declarações públicas, que não se restringiam sequer à ciência política e abrangiam o sistema científico nacional, criticando duramente o que avaliava como um processo de *taylorização* do trabalho intelectual e a transmutação do livre pensador, capaz de realizar mediações criativas entre o geral e o particular, em um tecnocrata (Brandão, 2001). De forma igualmente cítrica, ao se posicionar especificamente diante do ofício do cientista político, apresentava indisfarçável desconforto com o que julgava ser a dominância da “metodolatria” (Ibid, 1998a; Idem, 2006), além de considerar que a área de conhecimento estava a ser tomada de assalto por um “partido intelectual” (Ibidem) ou “partido acadêmico” (Ibidem, 2006) e, como se não fosse suficiente, de forma mais contundente julgava que “(...) a maioria dos meus colegas cientistas políticos são, de fato, engenheiros institucionais.” (Brandão, 1998b).

Não obstante a natureza polêmica deste conjunto de declarações iremos apresentar neste trabalho a proposta de configuração do campo defendida no decorrer da produção de Gildo Marçal Brandão, onde a elaboração teórica ocupa posição central. Mesmo que não se encontre uma obra de fôlego na carreira de Brandão que se defronte objetivamente de forma sistemática com o problema da produção da verdade no campo disciplinar da ciência política, iremos restaurar teoricamente na construção de nosso argumento o *continuum* de reflexões sobre as concepções de teoria e ciência política de nosso autor que partem especificamente do artigo *A teoria política é possível?*, de 1998, até chegarmos ao momento maturado do projeto d’as

¹ Lynch (2016) destaca ainda o cientista político Renato Lessa (UFF) junto a Gildo Marçal Brandão como um dos que se apresentavam do lado dos “teóricos”. Entre os “empíricos” Glauco Ary Dillon Soares (IESP/UERJ) é lembrado por sua intervenção tão polêmica quanto paradigmática (Soares, 2005).

Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. Defenderemos que o bem sucedido programa de pesquisa d'As Linhagens constitui parte de um todo e dialoga, de forma coerente, com a trajetória intelectual de Brandão.

Visando cumprir estes objetivos, dividiremos nosso argumento em três momentos complementares. No primeiro deles iremos traçar, a partir dos elementos fornecidos pelo Memorial do concurso para professor titular de ciência política da Universidade de São Paulo², junções entre a biografia do autor e a periferia do capitalismo. A linha condutora de nosso argumento envolve sustentar a relação entre as singularidades da biografia de Brandão e a periferia em um dado momento histórico concreto, onde o intelectual em sua formação lida com externalidades para além da agência. No segundo momento traremos o artigo *Totalidade e determinação econômica*, de 1977, como primeira aproximação sistemática de Brandão com a proposta hegel-marxiana de Lukács que envolve a adesão a uma interpretação totalizante dos fenômenos sociais. Na última parte, discutiremos pontos de continuidade do artigo do jovem bacharel de filosofia com o cientista político maduro a partir de 1997/1998, onde as reflexões totalizantes são retomadas tendo por foco a ciência política como área de conhecimento a ser organicamente vinculada com a própria periferia.

2 - Um cientista político na periferia do capitalismo

O Estado-Nação em seus contornos estruturais, conjunturais e eventos se apresenta como uma externalidade concreta que, de forma direta ou indireta, deve ser considerada no entendimento da configuração tanto de uma biografia intelectual quanto na construção de um dado campo de conhecimento. Embora tenhamos o cuidado de evitar qualquer determinismo que encarcere a agência humana, aqui no caso o determinismo nacionalista, compreendemos que o Estado-Nação factualmente se apresenta como um *filtro* de agendas de pesquisa não desprezível e apresenta as condições concretas com as quais as áreas disciplinares³ e muitos intelectuais, dado que não são agentes desencarnados, lidam em sua trajetória.

² Brandão faleceu em 15 de fevereiro de 2010 pouco antes de concluir o rito do concurso de lhe conferiria a titularidade em ciência política na USP.

³ Marengo (2014), por exemplo, apresenta os diferentes momentos históricos de criação das associações de ciência política na Argentina, França e Estados Unidos como uma via para avaliar a estruturação tardia da ABCP no Brasil. Contudo talvez uma análise histórica comparada mais profunda da trajetória de

Sejam os campos de conhecimento disciplinares interpretados como uma maneira particular de organizar a cognição, como sugere a abordagem construtivista proposta por Lessa (2011a; 2011b), ou como um espaço agonista por excelência (Bourdieu, 2004), é curioso que muitas análises sobre a relação idéias, intelectuais e sociedade desconsiderem os desafios impostos a projetos de ciência ou às carreiras individuais pelo contexto concreto e particular fornecido pela Nação⁴. Para além desta variável ignorada, ainda o Estado-Nação como cenário não deveria prescindir do contexto maior em que se insere: as relações centro e periferia. Nesta constelação histórica o agente concretamente atua no limites dados, ora os superando, ora os reproduzindo.

De maneira bastante sumária, dados os limites e objetivos deste artigo, mas, estabelecendo uma definição instrumental e formal do que compreendemos ser a periferia, esta apresenta sua face endógena, o que evidentemente caracteriza seu funcionamento interno, e a exógena onde o Estado-Nação é confrontado com o contexto maior do sistema internacional onde se insere. Endogenamente o Estado-Nação periférico se apresenta como espaço de relações pouco poroso a práticas inclusivas econômicas e sociais, gerando super-cidadãos e sub-cidadãos no esquema teórico proposto Marcelo Neves (1994). Em termos exógenos, um Estado-Nação é periférico ao se inserir no sistema sócio-econômico internacional em posição subalternizada (Arrighi, 1997). Ambas as perspectivas não abandonam o caráter relacional contido na proposta binomial centro/periferia originalmente elaborada pela CEPAL desde a década de 1950 (Rodriguez, 2009). Ainda, na ótica de Brandão, a periferia se apresenta como cenário de contradições bem demarcadas:

“(...) implica sociabilidades que associam os dilemas da hipermodernidade com heranças coloniais, a fragmentação cultural contemporânea com a dissolução dos valores pré-modernos, o experimentalismo democrático com a ausência de direitos civis básicos, o potencial do internacionalismo, progresso

criação destas associações da área revelasse particularidades fortuitas do processo de constituição da disciplina na trajetória de cada Estado-Nacional. Assim sendo, o exercício comparado funcionaria no máximo como exercício de autocompreensão e não como parâmetro normativo a ser seguido.

⁴ Gildo Marçal Brandão era sensível a esta questão, porém, não houve tempo suficiente para enfrentá-la em todas suas conseqüências. Em sua aula de titularidade, publicada postumamente, Brandão assinala a necessidade de se pensar a produção acadêmica e pré-acadêmica concreta, o que envolve o mercado de produção, reprodução e circulação de idéias como elemento auxiliar de um projeto maior de entendimento da relação entre idéias e sociedade. Objetivamente delinea como relações concretas a serem contempladas a “(...) mudança nas condições de produção da vida intelectual, formação de um público leitor, financiamento da atividade intelectual, estabelecimento de um mercado de idéias, sedimentação de uma tradição (...)” (Brandão, 2010: 304).

e participação com a insegurança, incerteza, mesquinhez, desesperança e brutalidade da vida cotidiana” (Brandão, 2007:)

Tendo por pressuposto esta teia de mediações complexas, nosso autor é interpretado por nós como um intelectual situado na periferia do capitalismo. Os dilemas e a historicidade da periferia do sistema mundial e do contexto nacional demarcam de forma incidental a narrativa descritiva de sua própria biografia no Memorial⁵. Em segundo ponto, a periferia se apresenta como *objeto de reflexão* privilegiado e espaço de ação, sendo o Estado-Nação, expressão concreta e particularizada da periferia, contextualizado em meio a relações que o transcendem e co-determinam, dado que “(...) *não é possível pensar o Brasil sem situá-lo no mundo*” (Brandão, 2001: 28). Isto exposto, enquadrando Brandão como um *cientista político na periferia do capitalismo*, estamos afirmando que tanto a trajetória individual deste intelectual é entrecortada por eventos, conjunturas e estruturas de uma nação periférica em um dado momento histórico quanto, por outro lado, a periferia *per se* é apropriada como conceito inescapável com o qual a produção intelectual deve conscientemente lidar. Nesta seção iremos nos concentrar na biografia de Brandão já que a periferia como *lugar teoricamente demarcado* será abordado na próxima seção.

Gildo Marçal Brandão nasceu em 17 de fevereiro de 1949 na pequena cidade de Mata Grande, Alto Sertão alagoano, filho de família católica onde sua mãe abraçou a carreira do magistério e seu pai, antes de ser funcionário público, foi vereador em sua cidade natal. Em suas palavras, seu núcleo familiar “(...) *valorizava a educação e era metido com política*” (Brandão, 2010b: 33). De Mata Grande saiu para a capital do estado em busca de melhores cuidados médicos dada a sua cardiopatia precocemente diagnosticada e congênita e também em virtude da pressão de sua mãe que desejava uma melhor formação para que seus filhos não se tornassem “(...) *analfabetos, cachaceiros e assassinos*” (Idem: 33). Deste período inicial, Brandão ressalta em seu Memorial a influência do catolicismo politizado e radical como uma via de acesso na sua juventude ao conjunto de problemas da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, possibilitou o contato com os primeiros autores, clássicos e contemporâneos, que apresentavam uma interpretação filosófica e/ou “sociológica” de

⁵ O memorial do concurso de titularidade para a cadeira de ciência política na Universidade de São Paulo foi publicado postumamente em coletânea organizada por Simone de Castro Tavares Coelho, viúva de Brandão, em 2010.

mundo. Neste momento se considerava um católico tomista, racionalista e de esquerda⁶.

Em sua inserção intelectual profissional, a primeira formação foi em filosofia na UFPE, no período compreendido entre os anos de 1968 e 1971. Após o término da graduação, foi necessária uma segunda imigração em virtude de sua condição de militante político⁷: a vinda para São Paulo objetivou, em um primeiro momento, evitar as agruras da perseguição política da ditadura civil-militar (Dreifuss, 1981) em sua região natal e, também, tendo por meta a continuidade dos estudos em filosofia⁸. Estes estudos jamais foram concluídos na área justamente por ter se visto constringido a um tratamento de saúde no Hospital das Clínicas de São Paulo por dois anos. Este período de tratamento impediu a conclusão do mestrado acadêmico⁹.

Após esta fase, Brandão só retomaria a vida na Universidade em dedicação exclusiva no final da década de 1980¹⁰. Antes deste momento ocorrer, nosso autor atuou ostensivamente como cronista, articulista e editor de jornais de circulação nacional ou estadual trabalhando nas seguintes publicações: *Folha de São Paulo*, *Diário do Grande ABC*, *Gazeta Mercantil*, o *Diário da Manhã* de Goiás, foi o primeiro editor d' *A Voz da Unidade* vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (doravante PCB) e colaborou na redação de revistas como a *Isto É* atuando como *freelancer*. Também foi co-criador e co-editor, junto a Marco Aurélio Nogueira, das revistas *Escrita Ensaio* e *Temas de Ciências Humanas*, ambas voltadas para o debate cultural e acadêmico no final da década de 1970 e início da década de 1980. Em busca da sobrevivência material ocupou também o cargo de diretor de patrimônio na Eletropaulo durante o

⁶ Assim Brandão qualifica o momento e sua relação com o catolicismo: "(...) *um cristianismo particularmente avesso a efusões sentimentais e marcado não apenas pela militância política, cada vez mais de esquerda, como pelo racionalismo que a tradição tomista inoculava.*" (Brandão, 2010b: 34).

⁷ Brandão militou por diversas correntes da esquerda brasileira: a JEC (Juventude Estudantil Católica) na adolescência, o POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária) entre 1969 e 1970 e o PCB, Partido Comunista Brasileiro, em parte de sua juventude e vida adulta (Brandão, 2010b).

⁸ "Aportara em São Paulo como um retirante em mais de um sentido: cumprindo a sina de rebelde de classe média que recusa assumir a representação da classe dominante que lhe estava reservado como filho-família, fugindo da seca acadêmica e da polícia política que tornaram as atmosferas do Recife e de Maceió irrespiráveis." (Brandão, 2010b: 46).

⁹ Brandão foi aprovado na pós-graduação em Filosofia da USP sob orientação de Paulo Arantes no ano de 1973 (Ibid: 45) Como ele mesmo avalia: "*Graves problemas de saúde, que me imobilizaram durante os anos de 1974 e 1975 no Hospital das Clínicas, impediram a conclusão desse projeto.*" (Brandão, 2010b: 51)..

¹⁰ Brandão ingressa na USP como docente em regime de dedicação exclusiva em 1989. Antes da USP foi professor horista de filosofia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo ainda na década de 1970 e entre 1987 e 1988, professor de política no Departamento de Ciência Política da PUC-SP (Brandão, 2010b).

governo Franco Montoro. Cabe destacar que ao assumir sua condição de comunista publicamente, Brandão foi demitido da Folha de São Paulo¹¹.

Resumidamente, a vida profissional de Brandão foi marcada por idas e vindas diversas, movimentada politicamente e profissionalmente, além de corporificar uma intuição sugerida em Lessa (2011b), a da conexão entre as primeiras gerações de cientistas políticos profissionais e a militância política¹². Cabe notar ainda que a própria inserção de Brandão na ciência política enquanto profissional se deu de forma relativamente acidental mas, antes de tudo, enquanto uma opção pragmática:

“(...) precisava recuperar terreno, alcançar colegas de geração cuja carreira acadêmica não sofrera solução de continuidade, criar condições materiais para a dedicação exclusiva à pesquisa e à docência (a saída da Eletropaulo para a universidade representou uma perda substancial de renda, embora o acumulado tivesse permitido financiar dois anos de redação da tese), obter o doutorado no tempo mais curto possível.” (Brandão, 2010a: 58-59 – os parênteses são do autor)

Mesmo que tenha reassumido a vida universitária após uma movimentada trajetória profissional em outras frentes, Brandão manteve uma produção intelectual instigante. Os temas abordados, tanto na produção acadêmica como não acadêmica, são de origem diversa. Nos trabalhos estritamente acadêmicos apresentam-se reflexões sobre a teoria política e ciência na periferia do capitalismo, diálogos com a filosofia política ou a teoria social em sentido amplo, análises sobre a relação de um ator em particular, o Partido Comunista Brasileiro, com o sistema político e sua sociedade e, por fim, uma profícua produção atrelada a uma contribuição original sobre como interpretar o pensamento político e social brasileiro em textos analíticos/programáticos notadamente dotados de caráter metodológico ou propriamente teóricos. Igualmente na sua produção “não acadêmica” o *menu* ofertado é diverso. Além de contemplar os eixos apresentados (teoria social e política em sentido amplo, a relação do PCB com a política brasileira e os intelectuais e o pensamento político e social brasileiro), comparecem intervenções sobre temas candentes da conjuntura onde se apresenta a vocação de Brandão como intelectual público, não restrito ao diálogo intra-acadêmico.

¹¹ Ver entrevista concedida por nosso autor ao jornalista Ricardo Carvalho disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EF1qw8GpgRM&feature=share>

¹² “Parte não desprezível dessa pluralidade (do campo da Ciência Política brasileira) pode ser debitada ao envolvimento de parte significativa dos praticantes do campo com questões de natureza política, na qualidade de cidadãos e militantes.” (Lessa, 2011b: 46, os parênteses são nossos).

Brandão conforme demonstramos, como intelectual, foi “co-formado” por particularidades de nossa periferia. Sua condição de imigrante nordestino¹³, tanto no próprio estado natal quanto em sua região (a imigração de Alagoas para Pernambuco), a terceira imigração para São Paulo para o prosseguimento de sua formação, a modificação de sua trajetória com a ruptura autoritária de 1964, a eleição de temas de pesquisa que guardam afinidade com a nossa história e formação política, o que inclui sua tese sobre o PCB e a permanência deste partido na ilegalidade por quase toda sua história¹⁴, demonstram, *ex post facto* e sartreanamente que a existência precede a essência (Cf. Sarte, 1987). Nestes termos, pela vinculação da identidade intelectual de nosso autor com seu lugar e com seu tempo, a biografia tanto nos permite compreendermos o *background* onde se processa sua formação quanto funciona como elemento auxiliar para contextualizar sua obra. De posse destes elementos, iremos nas próximas seções nos dedicar especificamente à sua produção teórica, onde os elementos biográficos serão pinçados quando necessário para contextualizar as propostas de teoria e ciência política elaboradas por Brandão.

3 - Brandão e a opção pela totalidade

Jürgen Habermas (1990) formulou, diante da tarefa de interpretar de forma criativa nada menos que a larga tradição de pensamento do materialismo histórico, as possíveis posturas analíticas que denominou de *restauração*, *renascimento* e *reconstrução*. Estas sugerem, antes de simplesmente classificar o trabalho intelectual na análise de produções teóricas, três diferentes maneiras do pesquisador se relacionar com uma dada teoria social. Embora, conforme já dito, a proposta de Habermas tenha se centrado no marxismo, a mesma pode ser útil diante de outras tradições e será importante no desenvolvimento dos argumentos que seguirão:

“*Restauração* significaria o retorno a um ponto de partida que, nesse meio tempo, ter-se-ia corroído: mas meu interesse por Marx e Engels não é dogmático e nem mesmo histórico-filológico. *Renascimento* significaria a renovação de uma tradição que, nesse meio tempo, teria estado sepultada: o marxismo não precisa disso. *Reconstrução* significa, em nosso contexto, que uma teoria é desmontada e recomposta de um modo novo, a fim de melhor

¹³ Simone de Castro Tavares Coelho, companheira de nosso autor por trinta anos, observa que Brandão “*Cultuava e preservava as suas raízes nordestinas e nunca se furtava a convites para participar de seminários e eventos no Nordeste (...). Ainda lhe restava algum sotaque nordestino e, às vezes, soltava um ‘puder’, em vez de ‘poder’, e ‘mandioca’ sempre foi para ele ‘macaxeira’, e isso era objeto de gozação familiar.*” (Coelho, 2010: 314).

¹⁴ Brandão (1997) observa que entre 1922 e 1985, o que soma portanto o total de 63 anos, o PCB só foi um partido legal, apto a participar da disputa no mercado eleitoral, por três anos e meio.

atingir a meta que ela própria se fixou: esse é um modo normal (quero dizer, normal também para os marxistas) de se comportar diante de uma teoria que, sob diversos aspectos, carece de revisão, mas cujo potencial de estímulo não chegou ainda a se esgotar.” (Habermas, *Ibid*: 11 – termos grifados e parênteses do autor)

Dentre os três caminhos acima descritos, a *restauração*, o *renascimento* e a *reconstrução*, mobilizaremos um destes neste momento. Iremos nos propor aqui a operar um trabalho de *restauração* dado o trabalho histórico de reconstituição de uma teoria como via para interpretá-la. No âmbito da *restauração teórica*, iremos investigar o desenvolvimento teórico da produção de Gildo Marçal Brandão a partir de seu *Totalidade e determinação econômica* publicado em 1977 onde se nota suas primeiras opções de análise da sociedade prosseguindo, em um *continuum*, em sua produção final¹⁵. Também nesta produção, Brandão irá apresentar três características que irão perpassar toda sua obra: a opção pelo materialismo histórico como tradição intelectual a ser abraçada, a persistência da História como ingrediente de análise obrigatório no esforço de compreensão do fenômeno político e uma perspectiva obrigatoriamente totalizante dos fenômenos (Brandão, 1977).

Ainda, neste esforço de *restauração*, se impõe a retomada de parte da ambiência intelectual vivida entre parcela da esquerda comunista da década de 1970. Brandão declarava-se “*inoculado para sempre do vírus hegeliano*” (*Ibid*, 2010b: 36), o que se traduz, em acordo com a tendência do período, tanto na leitura e análise da obra de Georg W. Hegel¹⁶ quanto, também, da recepção da obra de Georg Lukács que manteve grande influência na época entre parte da juventude vinculada ao Partido Comunista Brasileiro¹⁷.

Brandão em “*Totalidade e determinação econômica*”, texto originalmente publicado na revista *Temas de Ciências Humanas* no ano de 1977, se insere na seara

¹⁵ Elide Rugai Bastos (2010), em uma das homenagens póstumas à vida e obra de Gildo Marçal Brandão, detecta esta continuidade entre o artigo de 1977 e os trabalhos posteriores de nosso autor. Todavia, a continuidade destacada por Bastos é de cunho epistemológico e metodológico, onde Brandão em 1977 afirmava que a opção interpretativa diante de um objeto era, antes de tudo, uma opção política inescapável. Não desconsiderando a permanência desta postura de Brandão em toda sua obra, iremos destacar nesta seção outro aspecto: a persistência do olhar totalizante do autor sobre os fenômenos particulares.

¹⁶Brandão posteriormente foi o responsável pelo capítulo “Hegel” no sucesso editorial capitaneado por Francisco Weffort, “Clássicos da Política”, lançado pela editora paulistana Ática no início da década de 1990.

¹⁷Georg Lukács, intelectual húngaro marxista, obteve uma recepção singular e incomum no Brasil. Utilizado como uma leitura de “apoio” nos seminários d’O Capital no ano de 1958 (Schwarz, 2006), especialmente com a obra clássica *História e Consciência de Classe*, dotada de uma postura hegelomarxista. Lukács foi traduzido no Brasil por sua filosofia da literatura ainda na década de 1960, angariando a simpatia de marxistas como Carlos Nelson Coutinho, José Chasin, Leandro Konder e José Paulo Netto. Dentre estes, o próprio Gildo Marçal Brandão cita a influência de Lukács, tanto em sua obra ou mesmo na menção dos livros que conheceu em seu memorial publicado em 2010. Maiores detalhes sobre a recepção de Lukács no Brasil podem ser consultados em Nieri, 2007 e Barbosa, 2011.

da *causa sui*, ou, do fundamento último da realidade social. Cabe notar que neste momento no Brasil as teses de Louis Althusser se apresentavam com frescor de novidade e pautavam uma questão especialmente incômoda entre os analistas marxistas: sobre a determinação ou não da esfera econômica (ou das relações materiais) ante as relações sociais. Recapitulando a leitura de *Aparelhos ideológicos de Estado* dos anos 1970, Althusser apresenta a esfera superestrutural da sociedade dotada de relativa primazia sobre a infraestrutura, onde a reprodução das relações sociais necessita de uma profunda opacidade para ser efetivada, daí o efeito ideológico capilarizado em seu sentido original: a premissa da falsa consciência estrangulando a reflexividade dos agentes no modo produção capitalista onde os *aparelhos*, instâncias de produção simbólica voltadas para este fim, ocupam protagonismo na interpretação althusseriana do fenômeno político e do próprio Estado. Deste modo, a esfera política, na proposição do autor francês, seria a esfera *omniabarcadora* das relações sociais dado seu caráter transversal.

Brandão (1977), inspirado por e citando literalmente tanto Hegel quanto a interpretação lukacsiana de *História e Consciência de Classe*¹⁸, sustenta em seu artigo *o primado da necessidade* em todo trabalho interpretativo sobre as relações sociais, inclusive sobre o Brasil dado que a polêmica althusseriana em solo nacional visava arejar frentes analíticas que permitissem o entendimento dos nossos dilemas sob novos ângulos. Não abandonando a “ótica da totalidade”, mesmo que a análise seja pautada com lente de aumento sobre uma das esferas da sociedade, especialmente a esfera política aqui neste artigo do final da década de 1970, Brandão defende, na construção da análise sobre a sociedade, uma dialética fina entre todo e partes. Esta dialética desautoriza uma perspectiva fragmentária de pesquisa e a desvinculação de agentes e instituições do *moto contínuo* de uma dada constelação histórica. Este traço, o do olhar totalizante mesmo sobre fenômenos particulares, é percebido também por Sallum Jr (2010: 19) como estruturante e irá perpassar a produção de Brandão no decorrer de sua carreira.

Retomando nosso argumento, este artigo de 1977 do Brandão filósofo, construído aos 28 anos de idade pelo autor em resposta a uma dada conjuntura da produção intelectual da esquerda e seus dilemas, nos permite identificarmos, para além do traço supracitado da perspectiva totalizante, outros elementos importantes que serão revisitados e/ou dotados de maior rigor na produção vindoura do acadêmico maduro dedicado à Ciência Política. Um dos primeiros, nesta demarcação da leitura

¹⁸ O texto de Lúkacs foi publicado originariamente em 1923. Outros textos do filósofo húngaro são citados por Brandão neste artigo de 1977 onde se faz presente a *Estética I* e a longa entrevista publicada em livro no Brasil no final dos anos 1960 intitulada *Conversando com Lukács*. Todavia, *História e consciência de classe* fornece o núcleo dos argumentos de nosso autor.

totalizante, é o da dificuldade até mesmo das ciências sociais, em seu sentido lato, conseguirem elaborar qualquer interpretação convincente sobre as relações de causalidade na realidade brasileira sem considerar a relação todo/partes. A constelação histórica, ou o *zeitgeist* de uma dada realidade, só pode ser apreendida se considerarmos tanto as suas *relações necessárias*, portanto, as inelutáveis, quanto a articulação entre suas “estruturas”, “níveis” ou “instâncias”. A seleção arbitrária que autonomiza artificialmente uma dada esfera (Brandão, 1977: 155) deriva no risco da superficialidade do juízo empírico. Porém, seguindo a lógica hegeliana, Brandão assevera que é justamente nas partes que o *todo* torna-se passível de ser compreendido, onde “*a atividade de separar é o trabalho de entendimento*” (Brandão, *Ibid*: 159), sendo uma via para viabilizar o trabalho *racional* de construção de sentido e das teias de significação da sociedade.

Neste escopo, Brandão defende a explicitação da abordagem teórica/epistemológica enquanto uma necessidade formal que permita a articulação da prática analítica. Aqui, a demarcação propriamente teórica do agente que produz a narrativa onde se apresentam relações de causalidade, aparece como momento privilegiado da realização do trabalho intelectual destituído de qualquer pretensão naturalista. Ainda, estabelece na produção analítica, a conexão entre *conteúdo* e *forma*, ou seja, onde torna-se patente a premissa da honestidade intelectual que não recusa de dizer o “em si”, ou “o que é” a realidade, nem tampouco as considerações valorativas e normativas inerentes a toda teoria social que se apresente enquanto tal (Brandão, *Ibidem*). Portanto, a construção analítica que não reconhece o caráter *ontológico*, pertinente à interpretação racional do mundo social, não compreende sequer a aplicação das estratégias *metodológicas* que subjazem a rotina de pesquisa. Esta questão, a da lacuna formal, que produz a ocultação das opções epistemológicas do trabalho de análise da realidade, será duramente atacada por Brandão em análises posteriores sobre a ciência política em particular e também nas ciências sociais em geral.

Esclarecendo o uso do termo *lacuna formal*: sendo o mundo *em-si* desprovido de sentido, o intelectual para realizar o momento *para-si* de construção de significação deste mesmo mundo, só pode fazê-lo articulando as conjecturas ontológicas que, em um segundo momento e diante de um dado objeto, permitem as opções metodológicas pertinentes. Nestes termos, Brandão sustenta, toda posição teórica e metodológica é *necessariamente e em última instância*, um posicionamento dotado de caráter político, o que retira o caráter estritamente formalista do debate epistemológico (Brandão, *Ibidem*: 154).

Comprendemos este primeiro artigo de Brandão como uma via interpretativa

fundamental que irá perpassar toda sua obra. Mesmo seus estudos sobre Hegel (Brandão, 2002) ou Maquiavel (2010c) serão fortemente demarcados por esta totalização *materialista* e *histórica*. Em outro eixo de sua produção, centrado no esforço de compreender o papel estruturante do PCB na política e na sociedade, igualmente esta perspectiva, onde se opera intelectualmente a junção dialética entre todo/partes, se fará presente (Brandão, 1997a). Inclusive aqui a perspectiva totalizante na análise de um fenômeno tipicamente político, a interpretação da trajetória de um partido político moderno, não se contenta com o “isolamento institucional”. Partido e sociedade são elementos intercambiáveis de análise onde um torna-se obrigatoriamente o fator explicativo para o outro. Por esta razão Brandão declara que em um ambiente hostil, inclusive pela própria configuração do sistema eleitoral da época, a “ilegalidade mata” (Brandão, 1997a). É o PCB como cadáver insepulto em termos eleitorais que explica o trabalho dos intelectuais do partido, certamente a um só tempo influente e acanhado, nas franjas da sociedade. De todo modo, a revelação de uma atuação política relevante *na margem das instituições* nos permite compreender a resistência de Brandão em elaborar análises do fenômeno político restritas às “meras formas institucionais”.

4 - A totalidade, a teoria e a ciência política

Os posicionamentos teóricos que sumarizamos na seção anterior acerca do artigo de 1977 de Brandão foram retomados sob nova roupagem em 24 de outubro de 1997 em mesa redonda capitaneada por Renato Lessa intitulada *Por que rir da filosofia política*¹⁹ no encontro da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) daquele ano. A intervenção de Brandão intitulada *A teoria política é possível?*, foi publicada posteriormente na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* no ano seguinte²⁰.

Entre os textos de 1977 e 1998 há o hiato de 21 anos. Neste hiato ocorre o doutoramento em ciência política de nosso autor entre 1987 e 1992 na USP orientado por Francisco Weffort, o que já torna Brandão formalmente identificado como cientista político e não mais como o jovem bacharel em filosofia. Nesta passagem do jovem

¹⁹ Desta mesa participaram Renato Janine Ribeiro, Luiz Eduardo Soares e, evidentemente, Brandão e Lessa.

²⁰ As quatro intervenções foram publicadas no ano seguinte na edição de fevereiro da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 36, vol. 13.

filósofo para o cientista político, é possível identificar uma adesão direcionada de suas reflexões para a política enquanto área de conhecimento. No entanto, não obstante a profissionalização como cientista político, há continuidades detectadas entre as duas reflexões e as posteriores, de onde o movimento reflexivo adquire novos elementos. Iremos tomar como ponto da partida as proximidades e adiante apontaremos as “novidades” que não devem ser tratadas como rupturas. Em verdade, dentre os novos elementos que são apresentados nos trabalhos a partir de 1998, estes mais agregam do que negam o artigo *Totalidade e determinação econômica*, trazendo por vezes teorias, tradições e autores mais afins com a especialização de Brandão na ciência política.

Na intervenção na mesa redonda em 1997 plasmada em artigo em 1998, o *leitmotiv* é a indisposição de Brandão com o que considera ser a configuração da ciência política praticada no Brasil contemporâneo. Revisitando o debate *empíricos versus teóricos* (Amorin Neto & Santos: 2015; Lynch: 2016), a inspiração norte-americana de como “fazer” e “pensar” a ciência política pós revolução behaviorista, onde há continuidades com a adesão ao aparato teórico, conceitual e metodológico da *rational choice* e do neoinstitucionalismo (Lessa, 2011a;2011b), se redonda em uma área de conhecimento ainda mais robusta em seu movimento de autonomização, por outro lado, traria uma fragilidade fundamental: uma ciência política ensimesmada, pouco porosa ao diálogo com as outras co-irmãs da grande área de humanidades. Decerto esta fragilidade foi enfrentada pelo próprio neoinstitucionalismo em suas sínteses dialógicas com outros campos de conhecimento²¹, porém a crítica de Brandão, e neste ponto encontram-se o jovem filósofo e o cientista político maduro, se dá por uma demarcação epistemológica e ontológica.

Reeditando parte dos argumentos de 1977 em 1998, a crítica de nosso autor à ciência política decorre da insistência de tornar o real “ontologicamente divisível”, tal como na aposta dos estudos das instituições *per se* com estas mantendo eventualmente relações meramente formais com outras variáveis explicativas. Em outros termos, sendo a sociedade uma totalidade historicamente concreta, inclusive o universal passível de ser encontrado em suas partes, o isolamento a um só tempo analítico e ontológico das instituições políticas como objeto é um erro de apreensão do sujeito ante o objeto. Este argumento guarda profundas afinidades com a crítica de Lukács (2003) à especialização dos conhecimentos disciplinares.

²¹ Diante das fragilidades empíricas do neoinstitucionalismo *de escolha racional*, fortemente inspirado na economia, há as outras tradições sumarizadas por Hall e Taylor (2003): o neoinstitucionalismo histórico e o neoinstitucionalismo sociológico.

As instituições políticas para Brandão são, portanto, expressões da totalidade da sociedade, ou particularidades do movimento histórico e universal, onde variáveis empíricas externas a essas, o que inclui a forma como as mesmas foram imaginadas, podem e devem ser mobilizadas como parte do movimento analítico. Neste sentido, o que identificou como “metodolatria” (Brandão, 1998), é apenas uma expressão da fragilidade formal das concepções mais ajustadas à postura norte-americana de se compreender o fenômeno político pós-1950. Esta *ortodoxia* tanto naturaliza a opção que efetua o recorte pelo estudo das instituições *per se*, o que implicaria desconhecimento epistemológico, quanto inviabiliza as relações analíticas do movimento universal-particular-universal. Portanto, o discurso de cientificidade com ênfase sobre o método seria apenas uma cortina de fumaça que obscurece fragilidades mais graves.

Prosseguindo na articulação do conceito de totalidade para o debate da ciência política como campo de conhecimento disciplinar, em 1998 detectamos a transmutação do conhecido conceito hegel-marxiano de *mediação* em *linkages*. As mediações são, dentre outras aplicações na tradição do materialismo histórico, elaborações do sujeito do conhecimento onde são estabelecidas as relações entre mediato/imediato (Bottomore, 2012) em uma dada constelação histórica. Aqui a totalidade é reconstruída cognitivamente e Brandão (Idem:2006) se vale do conceito de *linkages* na busca por compreender como “ações, instituições, idéias e processos se determinam reciprocamente”. O caminho das *linkages* proposto por Brandão é a via pela qual ele recusa a armadilha do que Lessa (2011a; 2011b) considerou como *impostação ontológica* centrada no agente político do neoinstitucionalismo de escolha racional, sendo o agente ontologicamente o *homo choicer* minimizador de custos e maximizador de benefícios. Este axioma opera uma redução sociológica forçosa por ignorar outros mecanismos²² deflagradores da ação para além do auto-interesse egoisticamente motivado.

Num caminho ainda mais contundente dando prosseguimento em um outro momento a esta perspectiva totalizante defendida por nosso autor: “a dificuldade analítica verdadeira consiste não no isolamento, mas na reconstrução dos elos essenciais da cadeia e do modo como interagem ou se pode atuar sobre eles” (Brandão, 2006: 215). Nesta proposição, a ciência política como abordagem de médio alcance perderia em riqueza analítica, substituindo a apreensão das mediações, ou das *linkagens* conforme o artigo de 1998, em prol de uma concepção de ciência

²² Os mecanismos deflagradores da ação são pormenorizados por Elster, 1994. Dentre estes mecanismos, o auto-interesse egoisticamente motivado é relevante, porém, não é o único.

tecnificada, desprovida de historicidade e indiferente às estruturas onde a teoria é utilizada de forma pontual e/ou ornamental. Desta crítica Brandão (1998; 2003; 2006) reforça a necessidade de dialogar com outros campos de conhecimento na busca por constituir uma compreensão mais robusta sobre o fenômeno do poder, capaz de conferir inteligibilidade até mesmo aos processos de mudança social, algo que uma perspectiva solipsista de análise política não forneceria (Brandão, 2003: 377). Como aponta em um de seus últimos textos da série em que discute a teoria e a ciência política na periferia:

“Ora, assumir tais hipóteses e um programa de pesquisa desse tipo implica reconhecer que as instituições contam, os estados nacionais pesam, as especificidades culturais não são irrelevantes, as trajetórias históricas e políticas fazem diferença (...)” (Brandão, 2007: 16).

A crítica da ciência política que abandona a reflexão teórica, em um primeiro momento exige o retorno do diálogo com a filosofia (Brandão, 1998), especialmente com a filosofia política. A maior aproximação com a filosofia, que não deveria ser interpretada como saber pré-científico, apresentaria a possibilidade de enfrentamento do “analfabetismo ilustrado” (Brandão, 2006: 411) presente na hipostasia acrítica do método. Mas, Brandão sugere ir além. Sendo a política efetivamente um momento privilegiado da coletividade onde são buscadas soluções para as questões societárias em dado momento histórico, a abordagem sobre o fenômeno não deveria ser “autárquica”. A autonomia do campo disciplinar ganha musculatura quando a compreensão do objeto, no caso o poder, permite uma *abordagem* interdisciplinar (Brandão, *Ibid*) e este é o modo pelo qual a reflexão teórica deve se inserir²³. Portanto, o projeto da teoria política como subárea da ciência política, dotada de relativa autonomia para determinar seus rumos e apresentando análises que corroborem com o fortalecimento do campo de conhecimento como um todo, necessita do movimento de ruptura com o que Forjaz (1997) denominou de “autonomia do político”, onde a política é isolada de outros contextos cognitivos de análise.

Esta re-habilitação da produção teórica se desenvolve com outras conseqüências na ótica de nosso autor. A periferia, lugar do sistema mundial em que nos situamos, é articulada na proposição de Brandão com a urgência da produção

²³ “De qualquer maneira, quem nas ciências humanas fala em teoria está condenado a enfrentar os problemas da relação entre a ciência e a filosofia, de um lado, e da relação entre teoria e pesquisa empírica e historiográfica, de outro, posto que ambas constituem o campo nevrálgico da discussão.” (Brandão, 2006: 410).

teórica de qualidade e na maneira como as teorias dos países centrais podem ser recepcionadas entre nós. Para Brandão, a periferia é um espaço de contradições particular dentro do sistema mundial. Justamente rememorando o processo de estabelecimento das humanidades entre nós, mesmo as teorias clássicas poderiam aqui adquirir interpretações criativas e inovadoras²⁴, de onde é possível derivar, na imaginação política de nosso autor, reverberações geopolíticas. Nestes termos a relação entre teoria política e filosofia política jamais seria inútil e/ou estéril. A noção de soberania intelectual, visando a inserção autônoma da periferia no processo de globalização vigente (Brandão, 1998; 2003; 2006), representa um lugar político-estratégico para elaboração teórica e deve ser buscada conscientemente. A periferia, portanto, é espaço de contradições particulares do sistema e por esta razão *imane*nte guarda o potencial de inovação do pensamento, onde o intelectual periférico abandonaria a condição de *consumidor*, uma posição subalterna, para a posição de *produtor de teorias* capazes de responder aos desafios históricos apresentados.

Nesta toada a proposta d'as *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro* deve ser inserida. O projeto d'as Linhagens, que foi primeiramente tese de livre-docência na USP em 2004, posteriormente artigo na revista *Dados* em 2005 e no ano de 2007 ganha formato em livro é a proposta de um intelectual, situado na periferia, que compreende as narrativas normativas e os caminhos interpretativos de auto-compreensão de um Estado-Nacional periférico sob a ótica da *longa duração*. A inspiração aqui guarda débito com a sociologia crítica da literatura de Antonio Cândido (2000), onde o esforço analítico parte do princípio da singularidade da formação da sociedade e de suas formas *espirituais* e, para além disso, é uma demanda inescapável dado que "(...) *ninguém pensará por nós (...)*" (Brandão, 2001) dada a "*intratabilidade de nossa experiência*" (Ibid) por modelagens teóricas forâneas simplesmente decalcadas em nossa realidade. O projeto d'as *Linhagens* redundou concretamente em um grupo de pesquisa, sediado no CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) contando com a participação de diversos pesquisadores brasileiros de instituições diferentes²⁵.

Brandão compreendia que este projeto seria o mais adequado ante o enfrentamento das questões estruturais que desafiam tanto a democracia quanto o desenvolvimento, elementos estes que devem ser conjugados por serem

²⁴ "(...) *indagado por una cultura distante de la propia, y que lo evoca a fin de establecer cimientos intelectuales propios, cada autor clásico en cierto modo nace otra vez, pudiendo incluso experimentar desarrollos ignorados en su contexto de origen*" (Brandão, 2003).

²⁵ O projeto temático "Linhagens do pensamento político-social brasileiro" contou com docentes e discentes da USP, Unicamp, Ufscar, UFRJ e Unifesp.

complementares diante das singularidades da realidade semi-periférica. A história do pensamento político, sendo o próprio pensamento político uma das *linkages* para compreender a ação política concreta e as instituições nacionais, é apresentada como recurso interpretativo para o caso particular brasileiro, o que não implica que o mesmo caminho teórico/metodológico não poderia ser utilizado para outras realidades nacionais periféricas. A América Latina como um todo especialmente sendo um *global trader* (Brandão, 2003) poderia igualmente mobilizar este recurso heurístico como forma de obter vantagens comparativas provenientes do exercício de auto-compreensão. Não por acaso, Brandão defendia (Ibid; 2006) a cooperação transnacional entre universidades desta região do mundo como caminho para compartilhamento de conhecimentos que tornassem possível identificar similitudes e diferenças de processos de formação²⁶ onde, assim podemos depreender, o projeto das *Linhagens* pode ser interpretado como um estudo de caso ante um esboço ambicioso.

Considerações finais

Georg Lukács teve sua última longa entrevista batizada de *Pensamento Vivido*²⁷, onde faz um balanço de sua produção e rememora uma série de fatos de sua trajetória, fatos estes que encontram-se com diversos episódios decisivos do socialismo real e da própria história do Leste Europeu no século XX. Consideramos *pensamento vivido* uma forma igualmente apropriada para sintetizar a vida profissional e a produção intelectual de Gildo Marçal Brandão. Em termos de percurso biográfico, sendo originário da periferia da periferia, no caso um intelectual de origem nordestina, imigrando para São Paulo constrangido pelo período do golpe civil-militar de 1964 e pela necessidade de prosseguimento de sua formação em um sistema universitário naquele momento ainda mais centralizado em termos de quadros e oportunidades de formação de pesquisa na região sudeste. Posteriormente há seu engajamento, a despeito de sua formação de bacharel de filosofia, no jornalismo profissional e enfrenta as conseqüências causadas pela sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro. Ainda a inserção “tardia” e não planejada na ciência política dado que sua formação obteve “soluções de continuidade”, apresentam Brandão como organicamente um

²⁶ “*Todos sabemos que como proyecto colectivo todavía estamos gateando, pero no por eso debemos hacer opción preferencial por la pobreza teórica. Al contrario, aquí como en cualquier otro lugar, es posible convertir el atraso en ventaja, la periferia em centro, siempre y cuando seamos capaces de enfrentarnos con los demonios de nuestro tiempo.*” (Brandão, 2003: 381).

²⁷ Publicada no Brasil em 1999 pela editora da Universidade Federal de Viçosa.

intelectual da periferia do capitalismo, lidando concretamente com os dilemas e potencialidades desta região do mundo.

Por este conjunto de elementos, Brandão poderia ser classificado como partícipe de uma das linhagens do pensamento político que o próprio elaborou para o caso brasileiro: enquanto quadro identificado com o radicalismo de classe média, de forma inquestionável nosso autor é um *materialista histórico*. Conforme sintetiza em sua aula de titularidade publicada postumamente, os materialistas históricos encarnam a “vitória do realismo”, do preexistente sobre as idéias, encaminhando por vezes, em ações e proposições, um “reformismo revolucionário” (Brandão, 2010a: 311). Contudo, a vinculação de nosso autor como intelectual na periferia não é dada somente pela sua biografia.

Brandão, como argumentamos, reinterpreta o arcabouço do jovem Lukács, em transição do neokantismo para o marxismo na obra *História e Consciência de Classe*, conferindo ênfase ao conceito de totalidade como princípio de apreensão dos fenômenos societários. Esta perspectiva, que se inicia formalmente com o texto *Totalidade e determinação econômica* do jovem filósofo, se encontra com as preocupações do cientista político maduro. Na aplicação da concepção totalizante para a ciência política como área de conhecimento, nosso autor vislumbra uma concepção que não pretende abandonar a autonomia disciplinar da área mas, por outro lado, não abre mão de uma perspectiva interdisciplinar que possa considerar o conjunto de elementos que tornem possível o entendimento da dinâmica do fenômeno do poder. A sugestão da busca por mediações, posteriormente identificadas como *linkages* (Brandão, 1998; 2006) não pode prescindir da singularidade dos elementos que constituem a sociedade, derivando, portanto, na urgência de uma postura cognitiva arejada do sujeito do conhecimento.

Finalizando, este acolhimento da proposta lukacsiana manteve a ambição de ser parte constitutiva da construção um aparato analítico original sobre a periferia, sendo Brandão politicamente vinculado a esta realidade e focado na compreensão da mesma. A periferia é parte do sistema mundial e é dotada de contradições singulares. Destarte, o conjunto de elementos constitutivos desta realidade deve ser rearticulado intelectualmente e, para compreender o fenômeno político, idéias, agentes, instituições, princípios normativos formais e/ou informais importam. O projeto d’As *linhagens* aparece no todo que constitui o *continuum* da obra de Brandão como um *estudo de caso* denso, profícuo e interrompido. O estudo d’As *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, em nossa ótica, se mostra como a aparição particular da relação entre pensamento, instituições e um Estado-Nacional periférico.

Referências Bibliográficas

AMORIM NETO, Octavio & SANTOS, Fabiano. La ciência política en Brasil en La última década: La nacionalización y La lenta superación del parroquialismo. In: *Revista de Ciência Política*. Santiago: Vol. 35, n.1, 2015, p.19-31.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BARBOSA, Glaucia Maria Tinoco. *A produção dos lukacsianos brasileiros: 1960-2000*. Tese de doutorado em Sociologia, PPGS, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011, 295 pp.

BASTOS, Elide Rugai. Gildo Marçal Bezerra Brandão (1949-2010): um analista do pensamento brasileiro. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol.53, n.1, 2010, p.5-10.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Ideias e argumentos para o estudo da história das ideias políticas no Brasil. In: COELHO, Simone de Castro Tavares. *Gildo Marçal Brandão: itinerários intelectuais*. São Paulo: Hucitec & Fapesp, 2010a, p.303-312.

_____. Memorial. In: COELHO, Simone de Castro Tavares. *Gildo Marçal: itinerários intelectuais*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010b, p.27-99.

_____. Duas ou três coisas que eu sei sobre Maquiavel. In: COELHO, Simone de Castro Tavares (org). *Gildo Marçal Brandão: itinerários intelectuais*. São Paulo: Hucitec, 2010c, p.109-119.

_____. Um programa de pesquisa à esquerda. In: _____. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2007, p.160-181.

_____. Teoria Política a partir do Sul da América? In: BORÓN, Atilio A (org). *Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2006, p.407-421.

_____. Hegel: o Estado como realização histórica da liberdade. In: WEFFORT, Francisco (org.). *Os clássicos da política Vol. 2*. 10ª Ed. São Paulo: Ática, 2002, p. 101-114.

_____. Idéias e intelectuais: modos de usar. In: *Lua Nova*. 2001, n.54, p.25-34.

_____. A teoria política é possível?. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1998a, v. 13, n. 36, s/p.

_____. A vitalidade de Antonio Gramsci. In: *Diário do Grande ABC*. São Paulo, 10 nov. 1998b (disponível em “Gramsci e o Brasil”: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=202>, acesso em 07 de abril de 2015)

_____. A ilegalidade mata: o partido comunista e o sistema partidário (1945/64). In: *Revista brasileira de ciências sociais*. São Paulo: vol. 12, n. 33, 1997a.

_____. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997b.

CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000, (6ª Ed.).

COELHO, Simone de Castro Tavares. Os “voleios” da pipa. In: _____ (org). *Gildo Marçal Brandão: itinerários intelectuais*. . São Paulo: Hucitec & Fapesp, 2010, p.313-314.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado, acção política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELSTER, Jon. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

FORJAZ, Maria Cecilia Spina. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 12, n. 35, fev. 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1990, (2ª ed. Brasileira – 1ª Ed. Alemã, 1976).

HALL, Peter & TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. In: *Lua Nova*. N.58, 2003, p.193-223.

LESSA, Renato. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. In: *Revista Estudos Hum(e)anos*. n.2, 2011a, p.03-31.

_____. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento do

- conhecimento político no Brasil. In: *Lua Nova*. São Paulo, n.82, 2011b, p.17-60.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história e abordagens. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 19, jan./abr. 2016, p.75-119.
- MARENCO, André. The three Achille's heels of Brazilian political science. In: *Brazilian political science review*. Vol.8, n.3, 2014, p.03-38.
- NEVES, Marcelo Neves. Entre subintegração e sobreintegração: a cidadania inexistente. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 37, n.2, 1994, p.253-276.
- NIERI, Ederaldo Luiz. *Duas formas de recepção de Lukács no Brasil: estética e ontologia*. Dissertação de mestrado em Sociologia, PPGS, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2007, 208 pp.
- OLIVERIA, Lilian & NICOLAU, Jairo. A produção da ciência política brasileira: uma análise dos artigos acadêmicos (1966-2013). In: *Paper* apresentado no IX Encontro da ABCP. Brasília, ago. 2014, 21 pp.
- RODRIGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SALLUM JR., Brasília. Trajetória interrompida. In: COELHO, Simone de Castro Tavares (org.). *Gildo Marçal Brandão: itinerários intelectuais*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010, p.17-24.
- SARTRE, Jean Paul. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. *Folha de São Paulo, Caderno Mais!*, publicado originalmente em 8 out. 1995. Disponível na Internet via http://fws.uol.com.br/folio.cgi/fsp1995.nfo/query=schwar!7A/doc/{@1}/hit_headings/wor ds=4/hits_only?. Acesso em 09 jul. 2006.
- SOARES, Glaucio Ary Dillon. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. In: *Sociologia, problemas e práticas*. N. 48, 2005, p.27-52.